

# *Triunfos da Lusitânia: Figurações alegóricas e representações históricas da Revolução Liberal de 1820*

Milton Pedro Dias Pacheco<sup>1</sup>

O período que antecedeu a Revolução Liberal de 1820 em Portugal ficou marcado por associações conspirativas e atuações contestatárias contra as forças governativas no poder<sup>2</sup>, tidas como ilegítimas e abusivas dos poderes confiados:

*Todos estes focos de revolta e conspiração foram revelando várias redes de debate de ideias e apelos à ação que passavam já por vários sectores educados da sociedade portuguesa, uma elite letrada que criara as suas ligações transversais onde só o mérito permitia subir como o exército e a maçonaria, e que iam usando como meio de expressão prosélito e propedêutico de alargamento no espaço público, a imprensa periódica<sup>3</sup>.*

No decurso das movimentações militares ocorridas nas cidades do Porto e de Lisboa, entre agosto e outubro de 1820, responsáveis pelo eclodir da Revolução Liberal, e dos feitos políticos alcançados durante as sessões das Cortes Constituintes, começadas a reunir em janeiro de 1821 e que culminariam com a promulgação da *Constituição* em setembro de 1822, começaram a circular obras noticiosas,

1. Doutorando em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Integra como assistente de investigação o CHAM – Centro de Humanidades, das Faculdades de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Email: miltondpacheco@yahoo.com.br; miltonpacheco@fcsh.unl.pt.

2. Neste contexto, em 22 de janeiro de 1822, foi fundado o Sinédrio. VARGUES, 1993: 52, 54-55.

3. MACHADO, 2018: 177.

folhetos panfletários e ilustrações estampadas com o intuito de assinalar e divulgar os principais acontecimentos políticos responsáveis pela instauração do novo regime. Enquanto umas publicações assumiam um carácter informativo, divulgativo e até literário, outras tinham um carácter crítico, polémico e satírico. Mas todas elas, de uma forma ou de outra, tinham um só objetivo: influenciar a opinião pública de uma sociedade cada vez mais dividida.

A divulgação das estratégias implementadas, assente num crescente movimento propagandístico, permite identificar e conhecer os principais protagonistas envolvidos em todo o processo revolucionário liberal, dos pensadores aos políticos, dos militares aos eclesiásticos. Complementarmente, com a almejada estabilização da situação política nos primeiros meses de 1821, começaram a circular coleções de gravuras com diversas representações históricas e figurações alegóricas, com seus signos e símbolos, e por isso, na maioria dos casos, acompanhadas de textos explicativos. Urgia conceber e divulgar a imagem do novo regime nascido da velha sociedade.

A denominada *Estampa Constitucional: O Triunpho Maior da Luzitania* (Fig. 1) foi concebida segundo um programa ideológico e apologético com intuito de enaltecer, em primeira linha, as personalidades políticas envolvidas no movimento revolucionário posto em marcha em 1820 e na formação das Cortes Constituintes onde foi redigido o primeiro diploma constitucional.

Impressa em Lisboa no ano de 1821, a gravura, com as dimensões de 38,8 centímetros de altura por 25,4 centímetros de largura, apresenta uma composição ilustrativa de cunho histórico-alegórico, contendo uma mensagem de conteúdos narrativos factuais explicada através da representação de um grupo de figuras alegóricas e mitológicas. É acompanhada, no campo inferior da mesma, de uma didática legenda explicativa, remetendo para a identificação das imagens mediante a numeração inserida no texto, permitindo assim aos leitores a identificação das figuras alegóricas e a descodificação dos signos simbólicos representados.

Os autores envolvidos na conceção gráfica e na composição material da gravura, ambos identificados na própria folha impressa, foram o pintor Luiz Antonio [?-c.1821(?)], responsável pela execução do desenho, um anterior discípulo de Nicoláo Tolentino Botelho, do napolitano Joze Francisco del Cusco e do francês Gerarde, e o gravador da Imprensa Régia, Constantino de Fontes [1777-1838], incumbido de abrir com água forte na placa de metal o desenho daquele, tendo obtido formação na oficina de escultura de Joaquim Machado

de Castro<sup>4</sup> [1731-1822]. Em pujante atividade nos inícios da década de 1820, estes dois artistas lisboetas colaboraram juntos na produção de um avolumado conjunto de gravuras e estampas relacionadas com os acontecimentos políticos da Revolução Liberal que de momento é impossível de enumerar e analisar<sup>5</sup>.

Com base na própria nota informativa é possível conhecer o estabelecimento, o proprietário e a localização urbana onde os exemplares da gravura comemorativa era comercializada: «Vendese na loja de Bebidas de Manoel da Silva de frente do Chafaris da Alegria N.º 56 l», com «Privilegio exclusivo» na venda<sup>6</sup>



**Fig. 1. Estampa Constitucional: O Triunfo Maior da Luzitania.** Gravura a água-forte e buril de Luiz Antonio e Constantino de Fontes, 1821. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

4. Na sua *Collecção de memorias*, Cyrilo Volkmar Machado [1748-1823] inseriu o artista Luiz Antonio no grémio dos pintores «aplicados ao genero de ornatos, quadraturas [sic], flores, &c &c. que vivem com boa reputação do publico». Entretanto, por volta de 1823, Luiz Antonio parece ter assumido a direção artística da oficina de desenho onde havia concluído a sua formação, a Fábrica das Caixas. Quanto ao percurso biográfico e profissional do escultor Constantino de Fontes, Volkmar Machado foi bem mais parco em palavras, asseverando apenas que ingressou como aprendiz na oficina de escultura de Joaquim Machado de Castro, em Lisboa, no ano de 1806. Desconhecemos se frequentou em algum momento a Aula de Gravura de Lisboa, fundada na Impressão Régia em 1769, e, entretanto, entregue à direção do pintor Joaquim Carneiro da Silva [1727-?]. MACHADO, 1823: 9, 232-233, 267, 281-283, 294, 321.

5. O maior conjunto de obras da sua autoria encontra-se depositado na Biblioteca Nacional de Portugal.

6. ANTONIO, FONTES, 1821.

A conceção ilustrativa da peça impressa foi organizada estruturalmente em dois planos, um principal, marcadamente etéreo em virtude da presença das divindades alegóricas e mitológicas, e um secundário, com uma componente mais realista, dominada pelas estruturas arquitetónicas e figuras históricas. Apesar da perceptível divisão dos dois planos regista-se uma clara complementaridade entre ambos, tendo em conta que a ação do primeiro grupo envolve diretamente a do segundo.

Ocupando o lugar de destaque em toda a composição, em primeiro plano e em posição elevada, surge a figura alegórica do Reino Lusitano (1), representada sob a forma de um anjo-custódio, entronizado, coroadado, apoiado num escudo com as armas de Portugal e empunhando o cetro real. Conforme esclarece a legenda da gravura, a alegoria do Reino de Portugal ordena à deusa Minerva (2), envergando elmo e couraça sobre o *peplos* e empunhando uma lança, que revele os «nomes dos Heróis escolhidos para pôr em pratica o seu plano»<sup>7</sup>. Em resposta, Minerva eleva no ar um livro no qual reúne os nomes de «todos os Illustres, e Benemeritos Varoês que se devem unir p.<sup>a</sup> formar as Cortes, e a Constituição»<sup>8</sup>. A deusa greco-romana foi, porventura, a divindade mais apropriada para *guiar* os portugueses naquele momento crucial da História, em virtude das faculdades detentoras como guardiã da Sabedoria, protetora dos grandes heróis nos campos de batalha e, sobretudo, como defensora do Estado, ao garantir a equidade das Leis e a sua justa aplicação nas assembleias e nos tribunais<sup>9</sup>.

No alto assiste ao episódio atrás descrito a figura de um génio a segurar uma longa e esvoaçante filactera, contendo o texto inscrito adequado ao momento evocado: «O TRIUMPHO MAIOR DA LUZITANIA»<sup>10</sup>.

Atrás de Minerva surge a figura alegórica da Nação (6), em humildes trajés e reclinada, dirigindo-se a Clio (7), a musa da História, aqui representada de joelhos e empunhando os utensílios de escrita, a quem ordena que proceda ao registo do «memorável Triunpho»<sup>11</sup>. Próxima de Clio encontra-se uma outra alegoria, a figura da Genealogia (8), retratada de pé, segurando idênticos materiais de escrita e agraciada com três coroas abertas, interligadas pelo frondoso e virtuoso

7. ANTONIO, FONTES, 1821.

8. ANTONIO, FONTES, 1821.

9. SCHMIDT, 1997: 47-48.

10. ANTONIO, FONTES, 1821.

11. ANTONIO, FONTES, 1821.

ramo da Real Casa de Bragança e representando, cada uma delas, o monarca governante, D. João VI [1767 | 1816-1822], o príncipe herdeiro seu filho, D. Pedro [1798 | 1826-1834], e a pequena princesa sua neta, D. Maria [1819 | 1834-1853], ambos futuros reis de Portugal.

Ligeiramente afastado, mas atento a todos os acontecimentos, está a figura mitológica do deus Marte (10), envergando couraça sobre túnica romana, dotado de elmo e segurando um escudo e uma lança, as mesmas armas com as quais defendeu e sempre iria defender a Nação portuguesa. A par das atribuições no campo da guerra, esta divindade greco-romana assumiu-se ainda como a «figura simbólica do despertar da força e do vigor, tanto na natureza como no coração dos guerreiros»<sup>12</sup>, atributos simbólicos e metafóricos convenientes para exprimir os anseios propalados pelos promotores do Liberalismo.

Nas imediações do trono encontram-se ainda dois guerreiros, trajando de forma idêntica a Marte, que poderão retratar os líderes militares envolvidos, quem sabe se representando o coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, incumbido de conduzir as tropas desde a cidade do Porto, e o tenente Aurélio José de Moraes, responsável por reunir o seu regimento na cidade de Lisboa.

Em posição diametralmente oposta à do deus da guerra surge a alegoria alusiva ao rio Tejo, uma figura masculina coroada e reclinada sobre um cântaro, do qual nasce o curso de água fluvial, e atrás desta assoma-se uma segunda figura masculina, coroada de louros e distribuindo riqueza com ambas as mãos<sup>13</sup>. Parte da riqueza representada parece ser reunida por dois génios, carregando abundantes caixas de moedas, numa hipotética alusão à abundância a distribuir por toda a Nação com o novo regime instaurado, muito embora a legenda esclareça que os ditos génios as entregam como donativos ao Governo Supremo<sup>14</sup>.

As figuras mais afastadas de toda a cena, já representadas em segundo plano, ilustram as alegorias das cidades de Lisboa e do Porto «dando as mãos em sinal da mais perfeita harmonia e união»<sup>15</sup>. Enquanto a primeira surge coroada com uma caravela e a mão sobre o peito, a segunda apresenta uma coroa com formato de fortaleza e empunha, ao que parece ser, um coração.

12. SCHMIDT, 1997: 178-179.

13. Poderá a presença de um dragão alado junto desta figura sugerir uma associação à cidade do Porto?

14. ANTONIO, FONTES, 1821.

15. ANTONIO, FONTES, 1821.

A composição cenográfica da gravura é dominada por duas estruturas arquitetónicas. A principal foi representada em primeiro plano no flanco direito e é identificada na legenda como o «Throno», e que mais não é do que um portentoso plinto de suporte a duas colunas de fuste liso — fazendo lembrar as colonatas do arco da rua Augusta, ainda inacabado em 1821<sup>16</sup> —, junto às quais foi justaposto o medalhão com a efígie do monarca reinante, D. João VI, envolto numa cortina esvoaçante.

A segunda estrutura arquitetónica, mais completa e majestosa, é um arco triunfal constituído segundo as formas materiais e as fórmulas artísticas dos arcos apoteóticos celebrativos erguidos para as entradas oficiais dos monarcas portugueses, quem sabe se inspirado no arco erguido junto da entrada da rua Augusta, ao Rossio, «de menor apparato, mas assaz elegante», ou de «outros em diversos sítios da Cidade»<sup>17</sup>, já que o portentoso arco triunfal erguido junto da entrada da rua do Amparo/Rossio assumia uma configuração arquitetónica e uma composição ornamental completamente diferentes, conforme permite asseverar a gravura coeva alusiva à receção da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino no Rossio de Lisboa em 1 de outubro de 1820<sup>18</sup>.

O arco é formado por uma colonata dupla, com quatro colunas compósitas de fuste estriado, utilizada como suporte do frontão triangular, no qual foi encaixada uma lápide moldurada amparada por dois génios — um deles segurando trombeta para anunciar os feitos alcançados —, reproduzindo um texto encomiástico destinado a celebrar o sucesso obtido durante as campanhas liberais sem recurso à violência:

Character he da Nação  
 Vida expor e braço armar,  
 Mas jurar Constituição  
 Sem sangue se derramar,  
 He o seu maior braço  
*Que em memoria hade ficar*<sup>19</sup>.

16. BÁRCIA, 1840.

17. *Lisboa 1.º de Outubro de 1820, 1820*: [1-2].

18. FURTADO, c. 1820.

19. ANTONIO, FONTES, 1821.

Procurando salientar a importância do feito histórico alcançado, segundo cremos, foi disposta a coroar a lápide evocativa um troféu militar — composto por couraça, elmo, trombetas, espada, alabardas, lanças, baioneta, estandartes e pelouros de canhão —, símbolo máximo do espólio de guerra<sup>20</sup> e representação metafórica de uma campanha revolucionária fortemente militarizada, mas sabiamente conduzida pelos seus instigadores, pois no decurso das movimentações das tropas entre o Porto e Lisboa não foi derramado o precioso sangue português<sup>21</sup>.

Na base do mesmo frontão, no alinhamento correspondente ao par de ábacos, surgem duas representações escultóricas alegóricas, no flanco direito, uma figura feminina, coroadada, segurando um cetro e empunhando uma chave — uma possível alusão à Pátria ou porventura à cidade de Lisboa, urbe na qual se concluiu o processo revolucionário iniciado no Porto, muito embora os atributos difiram dos da figura alegórica representada em baixo —, e, no flanco esquerdo, uma figura masculina, em traje de guerra, com couraça, elmo, escudo e empunhando lança, em tudo semelhante à representação do deus Marte.

Na área correspondente ao vão do arco, por detrás das alegorias das cidades de Lisboa e Porto, surge um batalhão, com os militares empunhando estandartes e espingardas com baionetas, em clara alusão às tropas arregimentadas que marcharam desde o campo de Santo Ovídio até à praça do Rossio.

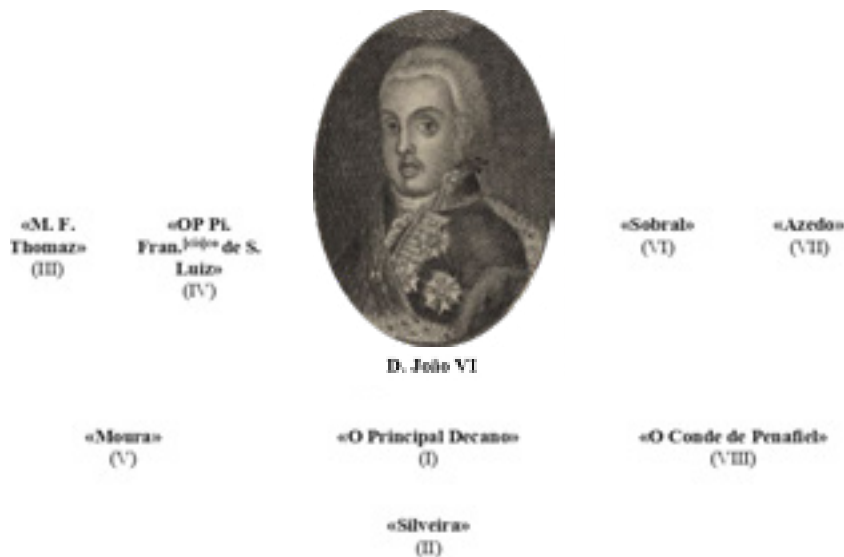
Complementarmente à representação das figuras mitológicas e alegóricas, atrás descritas, foi inserido, em duas secções distintas da gravura, um profuso conjunto de dísticos contendo as iniciais dos nomes, os apelidos, as dignidades governativas e/ou os títulos nobiliárquicos dos indivíduos com funções administrativas e responsabilidades políticas nos órgãos soberanos interinos instituídos, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e a Junta Provisional

20. Este elemento decorativo foi amplamente reproduzido no coroamento dos torreões dos edifícios estatais que ladeiam a Praça do Comércio e foi igualmente requerido para ornamentar o topo da varanda celebrativa erguida por ocasião da aclamação de D. Maria I em 1777. SILVA, 1778.

21. No artigo publicado no «Correio do Porto», em 21 de outubro de 1820, o jornalista enalteceu a forma como o movimento revolucionário decorreu em Portugal, fazendo o contraponto com o caso espanhol: «a revolução da Hespanha; nós sabemos, — e todo o Mundo sabe que ella não foi sem sangue em todas as partes. Esta gloria cabe distinctamente a Portugal; e com mais particularidade a esta Cidade [do Porto], que com impulso verdadeiramente heroico resuscitou a liberdade nacional, e a Lisboa, que com generoso esforço a recebeu nos braços, *sempre sem sangue*». «Correio do Porto», 21 out. 1820: [2].

Preparatória das Cortes, designados durante a Junta reunida em Alcobaça em 27 de setembro de 1820<sup>22</sup>.

O primeiro grupo das personalidades históricas representado foi disposto em primeiro plano e a delimitar o campo inferior do retrato do augusto soberano D. João VI (Fig. 2), colocado no flanco direito da composição figurativa alegórica, e reúne, inseridas em medalhões, os membros que constituíram a primeira Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (Esquema 1):



**Esquema 1.** D. João VI rodeado dos nomes dos membros da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (detalhe da *Estampa Constitucional: O Triunpho Maior da Luzitania*. Fig. 1)

Os membros apresentados logo abaixo do retrato do monarca são: o principal decano, D. José Gomes Freire de Andrade (I), o deão da Sé Patriarcal de Lisboa que foi eleito presidente da Junta Provisional, cargo ocupado entre 28 de setembro de 1820 e 27 de janeiro de 1821; e o brigadeiro Antonio da Silveira Pinto da Fonseca (II) [1770-1858], o militar envolvido nas movimentações militares do Porto, tendo sido primeiro declarado presidente da Junta Provisional instituída no Porto e depois vice-presidente da Junta Provisional nacional,

22. Portaria de 27 de Setembro de 1820, 1820: [1-2].



entre 28 de setembro e 16 de novembro de 1820<sup>23</sup>. Integravam ainda a cúpula do governo interino os deputados: o desembargador da Casa da Relação do Porto e um dos quatro fundadores do Sinédrio, Manoel Fernandes Thomaz (III) [1771-1822], encarregado dos Negócios do Reino e da Fazenda e representante da magistratura; o doutor frei Francisco de São Luiz Saraiva (IV) [1766-1845], tornado representante da Universidade de Coimbra, sendo mais tarde nomeado reitor e investido como cardeal patriarca de Lisboa; o bacharel José Joaquim Ferreira de Moura (V) [1776-1829], tornado representante da província de Trás-os-Montes e nomeado para os Negócios do Reino e da Fazenda; o bacharel Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco do Sobral (VI) [1755-1846], com funções na pasta dos Negócios Estrangeiros; o tenente-general Mathias José Dias Azedo (VII) [1758-c.1840], secretário dos Negócios da Guerra e da Marinha, «com votos nos objectos da sua Repartição»; e o conde de Penafiel, D. Manuel José da Mata de Sousa Coutinho<sup>24</sup> (VIII) [1782-1859].

A evocação de «todos os Illustres, e Benemeritos Varoês que se devem unir p.<sup>a</sup> formar as Cortes, e a Constituição», igualmente identificados como os «Heróis do Douro e Tejo»<sup>25</sup>, prosseguia depois num plano secundário, com as iniciais dos nomes, os apelidos, as dignidades governativas e/ou os títulos nobiliárquicos justapostos à estrutura arquitetónica do arco triunfal da composição gravada.

Aos já citados nomes dos indivíduos pertencentes à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, responsáveis pela «direcção dos Negocios, e Administração Pública», acrescem agora nesta secção os da Junta Provisional Preparatória das Cortes, incumbidos dos «Trabalhos preparatorios para a Convocação das Côrtes, em cuja época deverá cessar infallivelmente os seus trabalhos», motivo pelo qual esta junta governativa interina foi dividida em dois órgãos complementares «para melhor arranjo dos seus trabalhos [...] na primeira das quaes se tractará de tudo o que diz respeito á convocação das Côrtes; e na segunda de tudo quanto possa servir de illustração aos objectos, que nellas se devem discutir»<sup>26</sup>.

A longa e exaustiva listagem contendo a identificação dos principais intervenientes evocados na gravura permite ainda comprovar a mudança do paradigma político e governativo coevo, com a participação de membros da ascendente

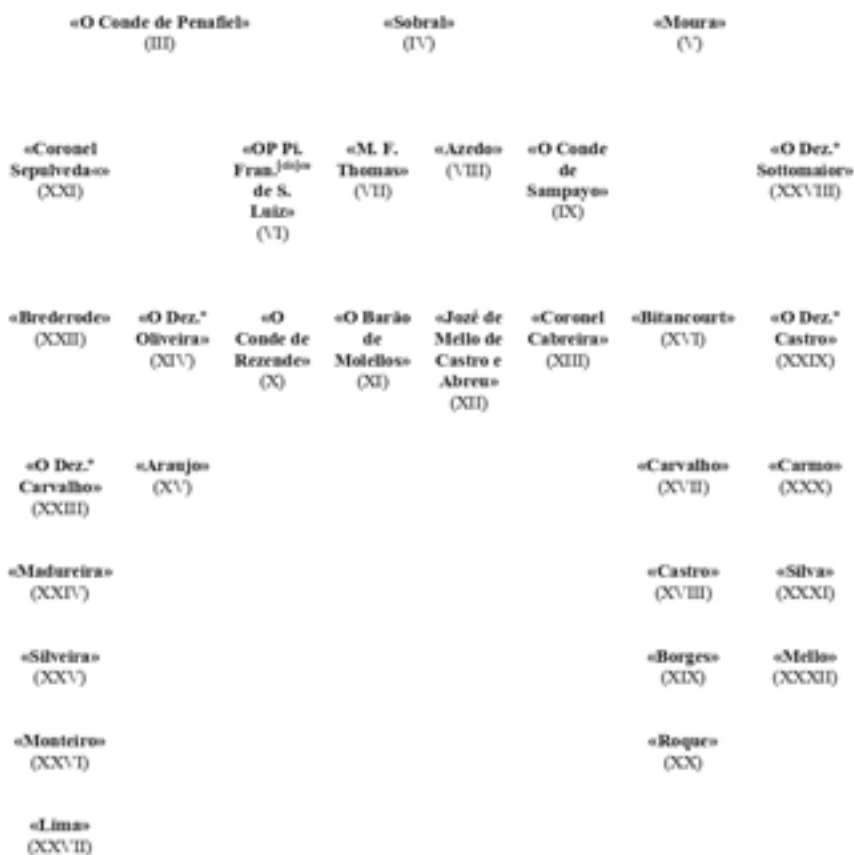
23. *Portaria de 27 de Setembro de 1820*, 1820: [1]; VARGUES, 1993: 59.

24. *Portaria de 27 de Setembro de 1820*, 1820: [1-2]; VARGUES, 1993: 59.

25. ANTONIO, FONTES, 1821.

26. *Portaria de 27 de Setembro de 1820*, 1820: [1-2].

burguesia e da decadente baixa nobreza na condução dos destinos do Reino (Esquema 2):



**Esquema 2.** Membros da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e da Junta Provisional Preparatória das Cortes

No interior do arco triunfal, correspondente ao campo de abertura do vão, foram novamente apresentados os membros da Junta Provisional (I-VIII) e inseridos alguns dos deputados da Junta Preparatória das Cortes, constituída por: o conde de Sampayo, D. Manuel Maria Baltasar de Sampayo Melo e Castro Torres e Lusignam (IX) [1762-1841]; o conde de Rezende, D. Luiz Inocêncio Benedito de Castro (X) [1777-1824], presidente e vice-presidente da primeira comissão da Junta Provisional Preparatória das Cortes, respetivamente; o barão

de Molellos, D. Francisco de Paula Vieira de Tovar e Albuquerque (XI) [1774-1852]; o coronel das milícias José de Mello de Castro e Abreu (XII) [1774-1829], membro do Sinédrio e tornado representante da província da Beira; o coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira (XIII) [1763-1833], nomeado para presidente da segunda comissão da Junta das Cortes<sup>27</sup>.

Justapostos sobre a coluna interior do flanco esquerdo surgem, em idêntica moldura, os nomes dos também deputados da Junta Preparatória: o desembargador Joaquim Pedro Gomes de Oliveira (XIV) [1762-1833]; e o bacharel José Maria Xavier d'Araujo<sup>28</sup> (XV), tornado no representante da província do Minho, conjuntamente com Sotto-Mayor<sup>29</sup>. Já na coluna interior do lado direito surgem os seguintes deputados: Francisco de Lemos Bettencourt (XVI) [1779-1840]; o bacharel José da Silva Carvalho (XVII) [1782-1856], um dos fundadores do Sinédrio<sup>30</sup> e nomeado segundo ajudante do secretário dos Negócios do Reino e da Fazenda e mais tarde conduzido ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça; o bacharel José Manoel Ferreira de Castro (XVIII); o bacharel José Ferreira Borges (XIX) [1786-1838], membro fundador do Sinédrio tornado primeiro ajudante do deputado com a pasta dos Negócios do Reino e da Fazenda; e o visconde de Midões, Roque Ribeiro de Abranches Castello-Branco (XX) [1770-1844], tornado também representante da província da Beira e nomeado ajudante no ministério dos Negócios Estrangeiros por um breve período de tempo, vindo a ser substituído por Silveira Pinto da Fonseca<sup>31</sup>.

Na coluna frontal exterior, no flanco esquerdo, foram inscritos os seguintes nomes: o coronel Bernardo Corrêa de Castro e Sepulveda (XXI) [1791-1822], membro do Sinédrio e nomeado ajudante do secretário dos Negócios da Guerra e da Marinha, Dias Azedo (VII); o deão da Sé do Porto Luiz Pedro de Andrade Brederode (XXII) [1768-1823], como representante do clero; o desembargador Manoel Vicente Teixeira de Carvalho (XXIII); Francisco de Sousa Cirne de Madureira (XXIV) [1784-?], como representante da nobreza; José Nunes da Silveira (XXV)

27. *Portaria de 27 de Setembro de 1820*, 1820: [2]; VARGUES, 1993: 55, 57-59.

28. Trata-se de o autor da obra *Revelações, e memorias para a historia da Revolução de 24 de Agosto de 1820, e de 15 de Setembro do mesmo anno*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1846: III, 8-9.

29. VARGUES, 1993: 59.

30. O quarto elemento fundador desta sociedade secreta foi o comerciante do Porto, João Ferreira Vianna, o único que não desempenhou nenhum cargo nas juntas provisórias constituídas em 1820. ARAUJO, 1846: III, 9.

31. *Portaria de 27 de Setembro de 1820*, 1820: [2]; VARGUES, 1993: 59.

[1754-1833]; Luiz Monteiro (XXVI); e Francisco José de Barros Lima (XXVII), como representante do comércio<sup>32</sup>.

No último grupo de deputados da Junta Provisional Preparatória das Cortes, cujos nomes e apelidos foram inseridos na coluna exterior direita, constam: o desembargador João da Cunha Sotto-Mayor (XXVIII) [1767-1850], do Sinédrio e nomeado para vice-presidente da segunda comissão da Junta Provisional; o desembargador Filipe Ferreira de Araujo e Castro (XXIX) [1771-1849], ministro dos Negócios do Reino entre 7 de setembro e 28 de maio de 1822; o bacharel Bento Pereira do Carmo (XXX) [1776-1845], o bacharel Francisco Gomes da Silva (XXXI), do Sinédrio; e Pedro Leite Pereira de Mello (XXXII), tornado representante da nobreza<sup>33</sup>.

Assim foram honrados, no quase imediato dos acontecimentos, os muitos indivíduos envolvidos na Revolução Liberal de 1820. E duzentos anos depois continuam a ser lembrados. Terminaremos assim este breve estudo com os versos de Francisco Joaquim Bingre [1763-1856], o poeta arcádico que profetizou a inscrição dos nomes dos «Assombrosos Heróis, Luzos Invictos» nos anais intemporais da História de Portugal pela «Memoranda Empreza» que alcançou o movimento revolucionário, nacionalista e constitucional, desencadeado em agosto em 1820:

*Hão de eternos durar vossos Edictos,  
Nos brilhantes Arquivos do Vindouro.  
Vossos Nomes sem par, tem jus ao louro,  
Pelas vossas acçoens, vossos Escriptos*<sup>34</sup>.

32. Portaria de 27 de Setembro de 1820, 1820: [2]; VARGUES, 1993: 55, 59.

33. Portaria de 27 de Setembro de 1820, 1820: [2]; VARGUES, 1993: 55, 59

34. Soneto, 1820: [2].

# Fontes e Bibliografias

## Fontes

ANTONIO, Luiz; FONTES, Constantino de (1821). *Estampa Constitucional: O Triunpho Maior da Luzitania*. [Gravura: água-forte e buril]. Lisboa: [s.n.]. Disponível em <<https://purl.pt/4198/3/>>.

ARAUJO, Jozé Maria Xavier d' (1846). *Revelações, e memorias para a historia da Revolução de 24 de Agosto de 1820, e de 15 de Setembro do mesmo anno*. Lisboa: Typographia Rollandiana.

BÁRCIA, José Artur Leitão (1840). *Rua Augusta vista da da Praça do Comércio* [Gravura]. Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

«CORREIO do Porto». Porto. 2 (28 set. 1820).

«CORREIO do Porto». Porto. 22 (21 out. 1820) [2].

FURTADO, António Cândido Pinheiro (c. 1820). *A Faustissima e Memoravel Reunião dos Illustrissimos e Excellentissimos Membros da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e Regencia Interina de Lisboa no Palacio da Regencia na Praça do Rocio de Lisboa em o dia 1º de Outubro de 1820* [Gravura a água-tinta]. Museu da Cidade, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal. N.º Inv.º MC GRA 1357.

*LISBOA 1.º de Outubro de 1820*. In *Correio do Porto Extraordinario*. «Correio do Porto». Porto. 8 (5 out. 1820) [1-2].

MACHADO, Cyrillo Volkmar (1823). *Collecção de memorias, relativas às Collecção de Memorias, relativas às vidas dos Pintores, e Escultores, Architetos, e Gravadores Portuguezes, e dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.

*PORTARIA de 27 de Setembro de 1820*. In *Correio do Porto Extraordinario*. «Correio do Porto». Porto. 6. (3 out. 1820) [1-2].

SILVA, Joaquim Carneiro da (1778). *Aclamação da Rainha D. Maria I* [Desenho aguarelado]. Museu Nacional dos Coches, Lisboa, Portugal. N.º Inv.º: MNC HD 0037. *SONETO*. «Correio do Porto». Porto. 3 (29 set. 1820) [2].

## Bibliografia

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2020). *1820. Revolução Liberal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

MACHADO, Adelaide Vieira (2018). *A conspiração de Gomes Freire. Enquadramento e leituras da imprensa no exílio londrino*. In PEREIRA, Miriam Halpern; ARAÚJO,

- Ana Cristina, coord. *Gomes Freire e as vésperas da Revolução de 1820. Colóquio Internacional do Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 177-199.
- PAMPLONA, Fernando de (2000). *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, vols. II e III.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores (2006). *D. João VI*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Reis de Portugal).
- SCHMIDT, Joël (1997). *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Edições 70.
- VARGUES, Isabel Nobre (1993). *O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820*. In TORRALBA, Luís Filipe Reis; ROQUE, João Lourenço, coord. *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 45-63. Vol. 5. de *História de Portugal*. Dir. José Mattoso.